

Negação de Formas: Notas sobre Contribuições de Georg Simmel para Compreender Organizações¹

Gabriela DeLuca, Silvia Kihara, Carolina Dalla Chiesa

Resumo

Este artigo propõe-se a discutir como se mantêm dois coletivos, a Casa da Cultura Digital e o Global Shapers Porto Alegre, utilizando como base os conceitos “formas de sociação” e “negação de formas” de Georg Simmel. Para realizar a discussão proposta, escolhemos, a partir da reflexão feita dos dados empíricos, as formas de sociação Sociabilidade, Subordinação e Superordenação e Dinheiro, além do tipo social Estrangeiro. Neste estudo, consideramos as formas de organização destes coletivos como peculiares, pois buscam afastar-se de formatos organizacionais hierárquicos, demasiadamente regradados e autoritários, entendendo-as como uma negação de formas. Na busca por negarem tais formas, os coletivos aceitam-nas e criam outras. Neste sentido, parecem formar “organizações estrangeiras”, as quais se afastam do *status quo* e também se aproximam. Com isso, buscamos lançar luz às organizações que, de algum modo, tentam criar alternativas de existência. Embora diferentes em suas propostas, elas apresentam aproximações e afastamentos que colaboram para a reflexão teórica sobre organizações.

Palavras-chave

Organização. Coletivos. Simmel. Etnografia.

Abstract

This paper aims to discuss how two collectives, Casa da Cultura Digital and Global Shapers Porto Alegre, maintain themselves, using as basis the concepts of “forms of sociation” and “forms of denial” by Georg Simmel. To accomplish the proposed discussion, we chose, from the reflection made of empirical evidence, the forms of sociation Sociability, Subordination and Superordination and Money, in addition to the social type Foreign. In this study, we consider the forms of organization of these collectives as peculiar for they try to move away from hierarchical organizational formats, excessively authoritarian. We understand this process as a form of denial. In

the pursuit for denying such forms, the collectives accept them and create others. In this sense, they seem to form “foreign organizations”, which deviate from the *status quo*, but, at the same time, approach one another. Thus, we seek to enlighten the organizations that somehow try to create alternatives to continue existencing. Although different in their proposals, they present approaches and separations that contribute to the theoretical reflection upon organizations.

Keywords Organization. Collectives. Simmel. Ethnography.

INTRODUÇÃO

Um elemento fundamental da complexa sociedade contemporânea (VELHO, 1981) é a coexistência de diferentes domínios simbólicos que, embora relacionados, detêm certa especificidade e autonomia (VELHO, 2006), mais ressaltados ainda nas metrópoles (SIMMEL, 1903/2005). Tais domínios podem ser observados pelas formas de sociação, conforme aponta Georg Simmel (1896/2005). Considerando que, deste contexto, fazem parte organizações, cujas características acompanham a maneira de ser dessa sociedade, enfocamos o olhar, nesta pesquisa, para dois coletivos² situados em Porto Alegre, por apresentarem algumas peculiaridades em sua maneira de existir, se comparados ao *status quo* da Administração³. Assim, a pergunta que direciona nosso estudo é: como se mantêm tais coletivos, dadas as suas maneiras peculiares de existir?

Simmel (1898) indica que a sociedade somente é possível devido às interações entre indivíduos, com conteúdos que motivam sua ação, arranjando-se a partir de, e resultando em, formas de sociação, as quais nos fazem olhar para elementos que, sob outras perspectivas, poderíamos deixar de lado (WOLFF, 1958). Ademais, tais formas objetificam-se de tal maneira que podem impessoalizar as relações e se mostrarem independentes dos indivíduos e de suas motivações (SIMMEL, 1917/2013). Em razão disso, Georg Simmel entende como “tragédia da cultura” a autonomização das objetivações humanas, ou seja, “das produções culturais em sentido amplo, as quais, embora produzidas por seres humanos para servi-los, assumem a partir da sua objetivação uma lógica independente da intenção original que as constituiu” (SOUZA, 2005a, p. 9).

Ao que parece, na modernidade, quanto mais impessoal a instituição, melhor para a manutenção do grupo, pois a substituição é mais simples de um indivíduo pelo outro, superando o ser pessoal pelo socializado (SIMMEL, 1898). Por outro lado, o contato com os coletivos organizados de modos diferentes do *status quo*, nos instigou a investigar aquilo que os mantêm: “Acho que a CCD é como um ‘desvio’ das coisas que impõem uma racionalidade que eles não querem seguir” (EXCERTO DE DIÁRIO DE CAMPO -

CCD, 2013).

Deste vislumbre, retomamos a reflexão de Simmel (1898) na qual, ainda que a impessoalidade, a identidade de grupo, a liderança, dentre outras características “modernas” mantenham suas formas, parece que, retirando a reciprocidade na sociação, nada existe. Assim, por mais que pareça existir uma força por trás das estruturas e dos grupos que os tornem independentes do indivíduo, são os processos de relação recíproca que os mantêm e, portanto, é isto que deveríamos procurar compreender (SIMMEL, 1898).

É com este panorama que as discussões e reflexões propostas se desenvolvem nesta pesquisa, tendo como base empírica e analítica as dissertações de Chiesa (2014) e Kihara (2014), sobre o coletivo Casa da Cultura Digital Porto Alegre e o coletivo Global Shapers Porto Alegre, respectivamente. As proximidades entre os resultados obtidos nestes estudos motivaram-nos a refletir sobre a manutenção de suas formas, principalmente trazendo a ideia de “negação de formas” (SIMMEL, 1917/2013, p. 106) e do “estrangeiro” (SIMMEL, 1983d).

Com isso em mente, apresentamos o referencial teórico embasado em Georg Simmel, expondo os entendimentos conceituais sobre formas de sociação e de um tipo social. Em seguida, apresentamos o método, descrevendo as técnicas utilizadas e um breve panorama de cada um dos coletivos. Disto, partimos à análise, contemplando dados empíricos à luz dos conceitos expostos inicialmente e trazendo novos entendimentos, quando necessário. Por fim, trazemos nossas considerações finais, ressaltando as contribuições teóricas deste trabalho e sugestões para enriquecimento teórico futuro.

GEORG SIMMEL: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Georg Simmel foi um filósofo e sociólogo alemão, nascido em 1858 em uma metrópole emergente: Berlim. Simmel seguiu uma carreira acadêmica diferente, superando desafios decorrentes de seus campos de pesquisa e formas de escrita ensaísticas incomuns para a época. Em 1914, tornou-se professor da Universidade Strassburg e, em 1918, morreu por um câncer no fígado.

Georg Simmel é investigado principalmente em sua perspectiva sociológica, incluindo uma sociedade de pesquisa com seu nome (Georg Simmel Gesellschaft), formada, entre outros pensadores, por Otthein Rammstedt, o mesmo inserido na obra organizada por Jessé Souza e Berthold Öelze intitulada “Simmel e a Modernidade”. Além destes, duas amplas obras a seu respeito são indicadas para seu estudo: “The Sociology of Georg Simmel” de Kurt Wolff e “As Aventuras de Georg Simmel” de Leopoldo Waizbort. Ressaltamos a relevância teórica, metodológica e empírica deixada por Georg Simmel, a qual se reflete, principalmente, no pensamento da Escola de Chicago do início do século XX (VELHO, 2005). Embora diferentes perspectivas possam ser utilizadas para interpretação dos dados, enfocamos principalmente Georg Simmel com a intenção de trazer à luz este autor clássico, pouco trabalhado nos Estudos Organizacionais e que se revela como fonte para diversos autores posteriores no campo da Sociologia (como Erving Goffman, Norbert Elias e expoentes da Escola de Chicago). Acreditamos que trazer este autor em profundidade pode contribuir

para interpretação de temas do universo organizacional.

Na Sociologia, Simmel parte da noção de “sociação” (*vergesellschaftung*) para suas investigações, porque esta exprimiria melhor o caráter dinâmico e interrelacional da vida social. (RAMMSTEDT; DAHME, 2005, p. 195). Assim, formas de sociação são o objeto da pesquisa social, nas quais os modos de comportamento são os motivos reciprocamente relacionados. Neste sentido, não é a sociedade, mas a sociação que é vivida e observada, na qual “os homens se encontram em reciprocidade de ação e constituem uma unidade permanente ou passageira” (SIMMEL, 1898). Desta forma, a reciprocidade é central na análise simmeliana. A ideia de “reciprocidade”⁴ vem das “relações recíprocas” que caracterizam a interação social no contexto de sociação explorado por Simmel. Para Simmel, a sociedade é o espaço no qual uma pluralidade de indivíduos está numa interrelação de efeitos recíprocos e, por meio da ação social, produz uma unidade (RAMMSTEDT; DAHME, 2005). Quanto às relações recíprocas, Simmel busca deixar clara a diferença do entendimento vitalista sobre elas do entendimento mecanicista (1983a). Na visão mecanicista, o entendimento de “reciprocidade” não percebe a parte criativa do processo, ou seja, “aquilo que permite ao sujeito reproduzir, em si mesmo, como imagem de outra alma, tudo que é estranho, distante e não vivenciado pessoalmente” (SIMMEL, 1918/1983, p. 88). Com isso, as relações recíprocas são um processo contínuo de criação entre elementos de consciência – ou seja, indivíduos.

Para encontrar as formas, é preciso buscar a variedade de conteúdos e suas similaridades. Para Simmel (2006), os conteúdos são de natureza individual e as interações ocorrem quando estes conteúdos rompem a esfera da individualidade e abrigam-se nas formas de sociação.

Os instintos eróticos, os interesses objetivos, os impulsos religiosos e propósitos de defesa ou ataque, de ganho ou jogo, de auxílio ou instrução, e incontáveis outros, fazem com que o homem viva com outros homens, aja por eles, com eles, contra eles, organizando desse modo, reciprocamente, as suas condições – em resumo, para influenciar os outros e para ser influenciado por eles (SIMMEL, 1983e, p. 166).

Conforme Simmel (2006), em cada sociação é possível diferenciar **forma** e **conteúdo**. Determinados impulsos ou a busca de certas finalidades que fazem com que o ser humano entre em estado de correlação com os outros são os conteúdos, ou matérias da sociação. É a partir das interações que os portadores individuais daqueles impulsos e finalidades constituem uma unidade. A sociação é, portanto, a forma na qual os indivíduos se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam. Segundo Simmel (1898), é somente com a pesquisa de conteúdos e formas que será possível responder à pergunta da manutenção da “sociedade”. Nesses encontros recíprocos que determinam as vidas dos indivíduos permeiam forças internas e externas que podem separar e transformar as relações. Ao mesmo tempo, influências de preservação mantêm os indivíduos juntos, pelas mesmas relações de reciprocidade. Neste sentido, pode se instaurar uma ideia de que a “sociedade” é uma criação impessoal, objetiva e autônoma aos indivíduos. No entanto, segundo Simmel (1898), a única coisa real é o homem, e o que mantêm os homens unidos é a reciprocidade.

Simmel (1983b, 1983d, 1983e, 1983f) apresenta algumas destas formas de sociação em suas obras. Para nosso estudo, abordaremos aquelas que consideramos mais apropriadas para o campo de pesquisa, a começar pela Sociabilidade, a qual é definida por Simmel (1983e) como a forma lúdica de sociação na qual, em sua forma mais pura, não há qualquer finalidade objetiva além da satisfação do instante. Seu caráter democrático resulta da eliminação do que é inteiramente pessoal e do que é inteiramente objetivo, demandando um tipo de “tato social” (SIMMEL, 1983e, p. 170). Este mundo da Sociabilidade – o único em que é possível haver uma democracia sem atritos entre iguais – é um mundo artificial, um jogo do “faz de conta”, uma encenação. Este “faz de conta” não é uma mentira, a não ser quando “a ação sociável e o discurso se tornam simples instrumentos das intenções e dos acontecimentos da realidade prática – assim como a pintura se torna mentirosa quando pretende simular panoramicamente a realidade” (SIMMEL, 2006, p. 71). A metáfora do jogo é a mesma utilizada por Simmel para expressar o constante ir e vir, no qual a finalidade é o próprio movimento. Assim, a Sociabilidade é o movimento dado entre iguais por um instante (SIMMEL, 2006), em um espaço em que não penetram, inteiramente, nem a cultura objetiva nem a subjetiva.

Assim como a Sociabilidade, a ideia de Subordinação também é apresentada por Georg Simmel (1983f) como uma forma de sociação. Observando as relações de exploração vividas na esfera do trabalho, Simmel (1983f) pontua que toda relação de dominação é um caso de interação e, assim sendo, o subordinado deve ser pensado como parte ativa da relação e como parte que interessa ao dominador. Segundo Simmel (1983f), essa liberdade pessoal do dominado só se extingue diante do uso da violência física direta. Nos demais casos, o autor afirma que esta coerção é sempre relativa e sustenta-se no desejo do subordinado de escapar de uma punição ou de outras consequências que esta desobediência pode acarretar. Cumpre destacar que noções como esta encontram relações com os escritos weberianos sobre tipos de dominação. Embora existam diferenciações substanciais entre a noção de “forma” e “tipo ideal”, as duas noções têm aproximações como aponta Peres *et al.* (2011).

Simmel (1983e) afirma que as “noções superficiais” a respeito das relações de Superordenação e Subordinação minimizam a espontaneidade e cooperação do sujeito subordinado. Exemplifica que o que chamamos de “autoridade” não se baseia apenas em coerção, pressupondo a liberdade da pessoa submetida à autoridade, num grau muito maior do que usualmente se reconhece. A autoridade pode emergir tanto de um poder supra-individual, quando uma instituição investe a pessoa de uma reputação, a qual não fluiria de sua individualidade, quanto pode surgir de qualidades da própria pessoa.

Uma pessoa de importância ou força superior pode adquirir, em seu círculo social mais próximo ou mais remoto, uma relevância esmagadora de suas opiniões, uma fé, ou uma confiança, que tem o caráter de objetividade. Desfruta assim de uma prerrogativa e de uma credibilidade axiomática em suas decisões, que sobrepuja, ainda que por muito pouco, o valor da mera personalidade subjetiva, que é sempre variável, relativa e sujeita a críticas (SIMMEL, 1983f, p. 109).

A crença na autoridade e a cooperação voluntária por parte do elemento subordinado estão

presentes nesta forma de relação, pois “aquele que acredita na autoridade realiza, ele mesmo, a transformação” (SIMMEL, 1983f, p. 110). A própria sensação de opressão sugere que a autonomia desta parte nunca é inteiramente eliminada, pelo contrário, é, na verdade, pressuposta. Quando analisa as razões pelas quais as formas se mantêm, essa pessoa que detém autoridade pode ser colocada como “líder”, figura que contribui para a perpetuação da forma (SIMMEL, 1898).

Assim como a autoridade, o prestígio é uma nuance de superioridade. Contudo, deve ser distinguida da primeira pelo elemento de importância subjetiva, uma vez que a liderança, por meio do prestígio, é inteiramente determinada pela força do indivíduo. Origina-se na pura personalidade e consiste na habilidade de “arrastar” indivíduos e massas e fazer deles seguidores incondicionais. A autoridade, por sua vez, origina-se da objetividade das forças e das normas (SIMMEL, 1983f). Independente da nuance pela qual se apresenta, uma relação de Subordinação e Superordenação é uma forma de sociação. Mesmo quando aparenta uma influência unilateral, na qual a posição do subordinado parece não ter qualquer espontaneidade, o caráter sociológico pode ser percebido por haver uma troca de influências recíprocas nesta relação, sendo considerada uma interação.

Por fim, trazemos o Estrangeiro como um tipo social (SIMMEL, 1971), o qual não é, para Simmel (1983d), aquele viajante que chega hoje e parte amanhã, mas aquele que chega e fica e, embora não tenha partido, ainda não superou completamente a liberdade de ir e vir. Este tipo social apresenta a unificação de duas características conceitualmente opostas: o viajar como liberação de qualquer ponto definido no espaço e a fixação nesse ponto.

O Estrangeiro é aquele que se fixa em um grupo espacial particular no qual a sua posição é determinada pelo fato de não ter pertencido a ele desde o começo e por ter introduzido qualidades que não poderiam se originar no próprio grupo. Apesar de não estar organicamente anexado ao grupo, o Estrangeiro ainda é um membro orgânico do mesmo. Assim, possui o caráter de mobilidade, estando próximo e distante. Ser Estrangeiro é uma forma específica de relação: “nas relações do estrangeiro e nas relações com ele, os elementos que repelem e aumentam a distância produzem um modelo consistente de coordenação e interação” (SIMMEL, 1983d, p. 183). O Estrangeiro é um elemento do próprio grupo que de um lado tem uma posição de membro e, de outro, está fora dele e o confronta.

Outra expressão deste tipo social é sua objetividade, a qual ocorre em função deste não estar submetido a componentes nem a tendências peculiares do grupo, o que abrange tanto distância e indiferença quanto proximidade e envolvimento. A objetividade não significa não participação: refere-se a um tipo específico de participação, na qual o indivíduo pode ter mais clareza de discernimento, por não estar enredado nos interesses próprios do grupo (SIMMEL, 1983d). Desta forma, o que dá ao Estrangeiro o caráter de objetividade é a proporção de proximidades e distâncias que, em suma, está presente em todas as relações sociais.

As formas de sociação descritas nos parágrafos anteriores são abstrações de algumas das formas descritas por Georg Simmel. Ademais, conteúdos e formas são separáveis apenas por abstração científica, visto que, na realidade, são inseparavelmente unidos. Uma mesma

forma de sociação pode ser observada em conteúdos diferentes e conectada com fins totalmente diversos, assim como os mesmos interesses podem se realizar em formas de sociação completamente diversas. Simmel (1983c) aponta que a primeira condição pode ser observada em uma comunidade religiosa, uma cooperativa econômica, uma família ou um grupo de bandidos, grupos sociais com interesses diversos nos quais encontramos as mesmas relações dos indivíduos entre si, tais como dominação e subordinação, competição, representação e outras formas semelhantes. Por outro lado, o mesmo interesse pode se realizar em formas diferentes. Como exemplo, Simmel (1983c) apresenta o interesse econômico, o qual pode se realizar tanto sob a forma de competição como em uma organização de produtores.

Quando as formas parecem não fazer sentido aos indivíduos, numa dinâmica de vida na qual as formas existentes não os satisfazem mais, estes negam tais formas e buscam novas (SIMMEL, 2013). Fazendo uma analogia com a arte, Simmel (2013) demonstra como a negação de uma forma pela outra vai transformando a representação da arte na pintura - naturalismo, impressionismo, expressionismo. Através destas expressões, o indivíduo expõe sua realidade e dá sentido a ela. Segundo Simmel (2013, p. 106), “a vida não pode se exprimir a não ser em formas que são e significam algo por si, independentemente dela”. Apesar do esforço dessa externalização, o indivíduo apenas se depara com um caos fragmentado. Como resposta a tal caos, em um extremo, ocorreria a negação da forma:

A apaixonada vontade de expressão de uma vida que não se acomoda mais às formas transmitidas, mas que ainda não descobriu formas novas e, por isso, quer encontrar sua pura possibilidade na negação da forma - ou numa forma quase tendenciosamente abstrusa -, incorrendo numa contradição quanto à essência da atividade criativa a fim de escapar à outra contradição que nela reside (SIMMEL, 2013, p. 106).

Isto, porque as formas que surgem na vida, para ser uma morada, tornam-se uma prisão (SIMMEL, 2013) e a negação de formas aparece como uma resposta ativa à realidade que se coloca diante do indivíduo. Na verdade, Simmel (1903/2005, p. 577) resume a existência humana como “a resistência do sujeito a ser nivelado e consumido em um mecanismo técnico-social”. Ainda que pouco tenha sido explorado por Georg Simmel a este respeito, foi a possibilidade de encontrar, nos coletivos estudados, a negação de formas, que instigou este trabalho.

Dado isto, retomamos nossa pergunta de pesquisa: como se mantêm esses coletivos, entendendo a “manutenção” relacionada à forma de sociação? Segundo Simmel (1898), a continuidade de localidade e aspectos fisiológicos podem ser razões, ainda que não suficientes. O grupo, ou a organização, mantém-se também por certa impessoalidade, a qual permite que os indivíduos mudem, mas o grupo não. Assim, a “imortalidade do grupo” só é possível, porque a identidade grupal tem um papel maior que a individual e porque as mudanças internas acontecem de modo gradual (SIMMEL, 1898). Na modernidade, quanto mais impessoal a instituição, melhor para a manutenção do grupo, pois a substituição é mais simples de um indivíduo pelo outro - em consonância com a tragédia da cultura.

Para Simmel (1900/2005; 2005a), a cultura é a síntese entre a cultura objetiva e subjetiva, ou seja, os elementos objetivos que se formam surgem a partir de interações e ações subjetivas, as quais são influenciadas por elementos subjetivos – e *vice-versa*. Desta forma, a síntese é possível, porque nem um nem outro se sobrepõe. No entanto, na modernidade, Simmel (2005a) observou o fenômeno trágico da cultura: as objetificações do homem tornando-se autônomas, como estruturas independentes – e maiores – daquele que as criou.

Assim surge a situação problemática típica do homem moderno: o sentimento de ser circundado por inúmeros elementos culturais que não lhe são desprovidos de significação, mas que também não são, em seu fundamento, plenos de significação – elementos culturais que no conjunto possuem algo de opressivo, porque ele não pode assimilar interiormente a todos individualmente, e tampouco pode simplesmente descartá-los, uma vez que eles pertencem potencialmente à esfera de seu desenvolvimento cultural (SIMMEL, 2005a, p. 106).

Tal tragédia pode ser vislumbrada a partir da forma do Dinheiro, ainda que devamos deixar claro que a criação de formas não significa, diretamente, a autonomização das mesmas. Como dito, segundo Simmel (2013), a modernidade tornou sujeitos e objetos independentes um do outro. A economia monetária instituiu um distanciamento entre a pessoa e a posse ao inserir uma instância completamente objetiva – o Dinheiro. A desvalorização das próprias coisas ocorre pela equivalência com este meio de troca válido para qualquer coisa e pode ter como reflexo psicológico o caráter *blasé* das camadas mais abastadas – caráter que, segundo Simmel traduzido por Wolff (1950), decorre, principalmente, da rápida mudança e forte compressão da diversidade de estímulos, característica da metrópole. Os sentimentos de tensão, de expectativa e de urgência não resolvida ilustram a consequência emocional da proliferação dos meios.

O Dinheiro ocupa posição central neste processo pela amplitude de objetos atingíveis por meio dele, como um Deus moderno (SOUZA, 2005), e que irradia, em diversos traços, o caráter particular da vida moderna (SIMMEL, 2013). Seu traço psicológico conduz o processo de autonomização do valor, o qual representa a transformação dos meios em fins. Apesar de central, o Dinheiro é como um ramo da mesma raiz que germina todas as flores da cultura moderna, pois, por mais que pareça obedecer puramente suas leis internas, segue o mesmo ritmo que regula a totalidade dos movimentos culturais concomitantes.

Vale ressaltar que as formas puras de sociação descritas por Georg Simmel não podem ser encontradas completamente na realidade. Parece válido tomar estas formas puras como referência para discutir as formas de sociação identificadas na pesquisa empírica – mesmo que as diferenças de contexto sejam marcantes, considerando que seus escritos retratam a época moderna – nunca com a intenção de classificá-las, mas de interpretá-las neste movimento de aproximação e distanciamento das formas simmelianas. Além disso, Simmel (2005a) observou seu contexto a partir de um olhar crítico da cultura.

PERCURSO METODOLÓGICO

Os dados empíricos explorados neste artigo fazem parte de duas dissertações que seguiram

as mesmas técnicas metodológicas, apesar de diferenciarem-se na condução da pesquisa em campo e acontecerem em momentos diferentes. A pesquisa com a Casa da Cultura Digital fez parte da dissertação de Chiesa (2014), ocorrida durante os doze meses do ano de 2013. A pesquisa sobre o Global Shapers Porto Alegre foi objeto de estudo da dissertação de Kihara (2014), ocorrida entre março de 2013 a fevereiro de 2014. O método utilizado pelas autoras foi a Etnografia, com as técnicas de observação participante, entrevistas semiestruturadas e utilização de registros fotográficos.

A análise empreendida neste artigo, portanto, é oriunda dos dados destas dissertações, as quais escolhemos para este trabalho com o intuito de aproximar realidades organizacionais que apresentam semelhanças. Para além das micropráticas presentes em cada exemplo, existem valores e percepções que transcendem as organizações, entendendo-as como circularidades de significados (CAVEDON, 2003).

Em ambas dissertações, a etnografia foi escolhida tendo em vista o pressuposto de que, para compreender os significados envoltos nas ações sociais, é necessário participar delas e compreendê-las, não apenas como um ouvinte externo, mas como alguém densamente inserido nas atividades de uma determinada comunidade. Nos estudos organizacionais, o uso da etnografia parece incorporado no contexto brasileiro como mostram outros trabalhos (OLIVEIRA; CAVEDON, 2013; ALCADIPANI; ROSA, 2010; TURETA; ALCADIPANI, 2011; OLIVEIRA, 2014).

A etnografia é um método oriundo da Antropologia e entendido por Clifford (2011) como o envolvimento direto do observador com os participantes da pesquisa. “A experiência etnográfica pode ser encarada como a construção de um mundo comum de significados, a partir de estilos intuitivos de sentimento, percepção e inferências” (CLIFFORD, 2011, p. 34). Para tal atividade ser possível, usam-se pistas, traços e gestos de sentidos advindos da experiência, os quais dão subsídio para as interpretações e possibilitam uma descrição densa (GEERTZ, 2008), para além do que é dito.

Sobre a observação participante, Clifford (2011) ressalta que ela é um contínuo vai e vem entre o interior e o exterior dos acontecimentos, no qual a autoridade experiencial está embasada na “sensibilidade” de quem “estava lá”. Destacamos que o vai e vem da experiência etnográfica é um processo reflexivo intenso, tanto durante a coleta de dados quanto durante suas análises. Neste sentido, a construção dos diários de campo - como formas de registro das vivências - é uma importante fonte de informação no processo de afastamento da realidade cotidiana, muito embora este processo não aconteça de modo estanque.

A respeito das entrevistas, Minayo (2011) ressalta o objetivo de buscar informações que sejam pertinentes para o objeto de pesquisa. No caso da entrevista semiestruturada, as autoras seguiram o direcionamento de combinar “perguntas fechadas e abertas em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2011, p. 64). Assim, devido à busca pelos entendimentos dos participantes sobre suas próprias atividades, optaram pela entrevista semiestruturada. Cabe destacar que os nomes dos participantes foram substituídos por “Entrevistado(a) CCD/GSPA”, com o intuito de preservar suas identidades.

Os dados foram analisados à luz da interação entre teoria e dados, conforme pressupõe a etnografia. No caso deste trabalho, o qual se propõe a uma análise diferente das dissertações separadamente, as categorias que emergiram remetem a algumas das formas de socição descritas por Simmel, dentre as quais apresentamos a sociabilidade, o conflito e a subordinação/superordenação, em um movimento de aproximação e distanciamento com os dados empíricos, o qual buscamos explorar nos itens seguintes.

APRESENTAÇÃO DOS COLETIVOS PESQUISADOS

A Casa da Cultura Digital Porto Alegre (CCD) é constituída por um grupo de pessoas que tem interesse em disseminar conhecimentos e informações sobre a temática da cultura digital, no que tange às práticas de *hackers*⁵, cultura livre e reapropriação de elementos culturais com criatividade. A CCD é uma organização que existe há, aproximadamente, três anos em São Paulo e ganhou uma sede no centro da cidade de Porto Alegre em setembro de 2012. O surgimento da CCD localmente veio ancorado por uma proposta de inclusão de públicos voltados às tecnologias digitais e à participação em uma agenda cultural que se alimenta e se organiza pelo meio digital. Sendo assim, as ações da CCD, em geral, promovem a cultura digital como meio e como fim de suas ações. Como meio, na organização interna de seus projetos através do universo digital⁶; como fim, nas ações que objetivam informar à sociedade sobre o que é cultura digital e onde ela se manifesta no cotidiano.

Cabe notar que os sujeitos participantes são, em geral, profissionais da área de cultura ou comunicação digital e gestores de projetos culturais que utilizam os meios digitais para concretizarem seus trabalhos. Os participantes da CCD afirmam, de diferentes formas, que se identificam com modos de trabalhar criativos, pouco hierárquicos e que promovam a liberdade nas decisões concernentes aos seus projetos, como mostra o excerto de diário de campo:

Juliana disse que na CCD cada pessoa pode ter uma opinião diferente sobre o que é feito e que dificilmente as pessoas entram em consenso lá. “A única coisa que nos mantém unidos é o interesse pela cultura digital”. Ela continua depois: “na CCD é tudo horizontal, então você não tem que ficar pedindo permissão pra fazer qualquer coisa”.

O Global Shapers Porto Alegre (GSPA) é um grupo de jovens com idade entre 20 e 30 anos. Este coletivo é parte de uma comunidade global, formada por mais de 300 *hubs*⁷, dez deles situados em cidades brasileiras. A Comunidade Global Shapers foi fundada em 2011 pelo Fórum Econômico Mundial como uma tentativa de aproximação das ações e dos movimentos que estão sendo protagonizados por estes jovens, geralmente relacionados a empreendedorismo social, economia colaborativa, valor compartilhado, educação e política. É importante ressaltar que não há, nesta comunidade, uma definição de temáticas de atuação, ainda que se perceba uma vontade comum de empreenderem projetos que tenham impacto social. No *hub* de Porto Alegre, a noção de impacto social está relacionada à ação que não é apenas individual (“algo que não faço visando apenas o meu interesse”) e que não cumpra apenas objetivos comerciais, o que vai ao encontro da missão deste *hub*: desenvolver projetos simples e viáveis para problemas de comunidades.

O GSPA não é a atividade principal de nenhum dos membros, sendo percebida por estes como um “projeto paralelo”: um grupo do qual fazem parte por se sentirem identificados uns com os outros. Dois projetos foram realizados pelo *hub* até o final da pesquisa: o Herói Postal, um *site* que transforma *e-mails* em cartas, e o Dia da Caixa Parda, que estimulou a troca indireta de objetos no bairro Bom Fim. Os encontros do GSPA são fundamentais, ocorrendo, de costume, à noite, em ambientes informais, com duração de quatro horas, no mínimo. A forma de se organizar deste grupo é descrita pelos seus membros como descentralizada, fluida, orgânica, distribuída, espalhada, horizontal e aberta. Características estas que, muitas vezes, diferem-se das diretrizes delineadas pela Comunidade ou do que é incentivado pelo Fórum Econômico Mundial e da forma como a maioria dos outros *hubs* se organiza. “Eu acho que o *hub* de Porto Alegre tem uma diferença grande, que é esse, digamos assim, *let it go*, deixa acontecer, acho que outros *hubs* tem mais objetivo, mais foco assim” (ENTREVISTADO GSPA, 2014).

Entre CCD e GSPA, podem ser traçadas algumas semelhanças nas formas de se organizar, no que tange aos valores e às intenções compartilhadas. Ambos buscam uma configuração horizontal, de forma que as decisões sejam coletivas, as ações compartilhadas e a interação com pouca ou nenhuma hierarquia.

As diferenças residem principalmente no âmbito político, uma vez que as posições de ambos parecem ser opostas. Enquanto a CCD parece criticar o *status quo*, colocando-se como contracultura, o GSPA parece mais afeito às formas capitalistas – mesmo que reconfiguradas (BOLTANSKI, 2009).

Cumprir destacar que essas interações no interior de cada grupo acontecem “entre iguais”, na medida em que interagem pessoas advindas de um contexto de classe média-alta da cidade de Porto Alegre, frequentadoras de um circuito cultural característico, com amplo acesso a serviços e benefícios da cidade. A intenção de criar um ambiente que seja compartilhado por iguais, pelo menos naquele momento da interação do grupo, remete-nos à Sociabilidade (SIMMEL, 2006), a qual tem a igualdade por condição, excluindo aqueles elementos que podem torná-los distantes uns dos outros. É, portanto, com esta reflexão sobre as relações pessoais do grupo que iniciamos as análises a partir da seção seguinte.

NEGAÇÃO DE FORMAS: UMA ANÁLISE TEÓRICO-EMPÍRICA

Como apresentado no referencial, uma característica da modernidade é a tragédia da cultura (SIMMEL, 1917/2013), na qual as objetificações da vida social sobrepõem a cultura subjetiva. Assim, a manutenção de formas, inclusive organizacionais, como as corporações urbanas, dá-se pela impessoalidade de relações, sobreposição da identidade do grupo sobre o indivíduo, a figura de um líder e, primordialmente, relações objetivas através do dinheiro, dentro do sistema econômico monetário (SIMMEL, 1898/1983).

Com isso em mente, trazemos quatro categorias centrais de análise dos dois coletivos apresentados, as quais contemplam as características de manutenção de formas (SIMMEL, 1898/1983), quais sejam: a impessoalidade, as regras, a hierarquia e o dinheiro. Salientamos

que estas categorias foram separadas para fins analíticos, mas estão imbricadas nas formas de sociação percebidas nos coletivos pesquisados.

Neste estudo, entendemos que estas formas são negadas (SIMMEL, 1917/2013, p. 106), tanto na CCD como na GSPA. A negação foi percebida, principalmente, pelo entrelaçamento das relações pessoais (negação da impessoalidade), as quais se estabelecem e são, também, requeridas pelos participantes, pela negação de qualquer forma de autoridade e hierarquia interna (negação de regras e hierarquias) e pelo esforço em retirar trocas ou necessidades monetárias no âmbito dessas relações (negação do dinheiro). Cada um destes aspectos é aprofundado nos itens que seguem.

NEGAÇÃO DA IMPESSOALIDADE

A análise dos dados revela que as relações estabelecidas entre os membros destes coletivos, CCD e GSPA, são marcadas por interações longas e conversas sobre assuntos comumente considerados do âmbito pessoal. A vontade de estar com os outros parece ir além do compartilhamento de espaço, de reunião e de execução de atividades e projetos. Há o interesse em conhecer cada um dos membros e os diferentes papéis que eles desempenham fora daquele grupo, seja na família, em outros espaços de trabalho ou em relacionamentos afetivos. Nestes coletivos, a impessoalidade parece mais estranha aos indivíduos que as relações pessoais.

Velho, ninguém mais quer trabalhar com alguém que não dê um bom dia de verdade. Tá todo mundo cansado de ir pro trabalho e ter que dizer “Oi, tudo bem? Tudo”, mas não tá tudo bem naquele dia entendeu? E tu não fala, porque a relação é impessoal. Mas se é na CCD hoje tu chega, “bá não tá bem hoje, minha mãe tava me enchendo o saco no carro”, e tu fala porque tu tem pessoalidade. [...] Então, a questão é muito mais pessoal, se tu for ver por um lado é pessoal no sentido de permitir se relacionar pessoalmente com alguém (Entrevistado CCD, 2013).

Este excerto revela, fundamentalmente, que é importante para estes indivíduos estarem juntos, promovendo interações mais próximas do que em outros âmbitos mais formalizados e impessoais da sociedade moderno-contemporânea. Deste modo, aqueles que veem a CCD de maneira mais “profissional” e impessoal, aos poucos, se desligam dela. Os que permanecem percebem valor nas trocas afetivas e no “estar junto”: “Hoje o que junta as pessoas, acho que é principalmente o afeto. [...] Principalmente pelo laço [...] O que me mantém colada na CCD são os laços” (Entrevistada CCD, 2013).

Com a manutenção de relações mais personalizadas, é possível estabelecer uma conexão com a forma social da Sociabilidade (SIMMEL, 2006). Na forma da Sociabilidade, as pessoas desapegam-se de seus conteúdos objetivos, modificando seu significado interno e externo “para se tornarem sociavelmente iguais” (SIMMEL, 2006, p. 71), num jogo de “faz de conta”, “faz de conta que todos são iguais” (SIMMEL, 2006, p. 71).

Ao passo que conecta os membros, por se tornarem socialmente iguais, pode representar uma barreira. No caso do GSPA, a sociabilidade parece uma barreira à inclusão e à integração

de pessoas que não compartilham os mesmos códigos. Apesar da busca por diversidade, os próprios integrantes do *hub* reconhecem a homogeneidade do grupo, mesmo que não consigam explicar quais os fatores que os tornam tão parecidos: “[...] realmente o nosso *hub* de Porto Alegre, eu não sei explicar exatamente o que, mas eu olho pras pessoas, elas são parecidíssimas e isso me incomoda” (Entrevistado GSPA, 2013). Neste sentido, a negação da impessoalidade também é possível, pois há um compartilhamento de códigos, símbolos e valores comuns a um determinado segmento social.

Eu gosto de ter uma organização mais livre. Certamente a gente perde em objetividade com esse tipo de formação, onde não tem cargo, não tem prazo, não tem data, mas acho que a gente ganha em laços, subjetividade, em conforto [...] pra mim, foi muito importante saber que a gente tinha autonomia pra escolher o que a gente ia fazer, como a gente ia fazer, quem a gente ia convidar. Se fosse uma estrutura muito *top-down*, onde eu não me sentisse confortável e livre pra fazer aquilo que eu sentisse no caminho, certamente eu não tinha entrado nesse barco (Entrevistado GSPA, 2013).

A igualdade, neste caso, transcende a sociabilidade e recai no interesse de que não existam hierarquias, diferenças sobressalentes no grupo e, primordialmente, a impessoalidade. Percebemos que nesta última reside a ideia de “regra” como necessária para o intermédio de relações impessoais. Já que, nestes coletivos, as relações são pessoais, percebemos uma busca em reiterar a não existência de regras. Abordaremos este aspecto no item seguinte.

NEGAÇÃO DE REGRAS

É comum, na forma de se organizar dos dois coletivos, a negação de regras, elemento presente nas organizações modernas, das públicas às empresariais. Regras de adesão, de desligamento, de participação, de metas, de chegada, de permanência e de saída, tão comuns ao *status quo* da Administração, são negadas na tentativa de construir espaços mais livres e de autonomia. Estas regras são, de certa maneira, a formalização de relações impessoais, pois, à medida que procuram universalizar comportamentos, restringem a expressão das subjetividades dos indivíduos.

No GSPA, os entrevistados afirmam que não há regras no grupo, diferente de outros *hubs*, os quais têm regras de participação e definem, por exemplo, a quantidade mínima de encontros aos quais os membros devem estar presentes. Por outro lado, existem algumas regras impostas pela Comunidade, mas que não são seguidas pelo GSPA: a quantidade mínima de integrantes e a execução de, pelo menos, um projeto por ano. Neste sentido, a negação da regra dá-se pela ausência de regras na organização interna do grupo e, também, pela negação das diretrizes que advêm da Comunidade Global Shapers e do Fórum Econômico Mundial.

A possibilidade de não haver regras, cargos e formalizações é explicada pelos membros devido à relação de confiança que se construiu no *hub* de Porto Alegre, pois as pessoas se sentem próximas. A confiança encontra espaço neste formato de organização mais livre, na

qual as pessoas se conectam de maneira que não precisam de instrumentos burocráticos para mediar suas relações.

Enquanto que pra nós, hoje, é simplesmente perguntar para as pessoas se faz sentido ou não continuar e simplesmente confiar que aquelas pessoas que não estão presentes, qualquer que seja a razão, é confiar que essas pessoas vão se autodesligar, para que deem espaço para novos. É baseado na confiança [...] Agora, é natural que um hub que as pessoas não se conheçam que precise dessa regulação e desse controle (Entrevistado GSPA, 2013).

De maneira semelhante, os membros da CCD afirmam a inexistência de regras. A autonomia de todos os membros permite que eles ajam e decidam sem que, necessariamente, precisem consultar as outras pessoas. Isto não quer dizer que algumas pessoas tenham credenciais para decidir pelas outras, significa que todos podem agir, porque são parte do grupo, o que ressalta a presença da relação de confiança também neste coletivo. Assim como no GSPA, esta confiança é fruto de interações longas e compartilhamento de valores. “Nós não temos regras. Não há nenhuma regra, na verdade. Nada, nada. Porque assim, cada projeto que acontece, ele acontece de uma forma diferente [...] É assim que funciona e funciona bem. Não adianta trazer regras de empresa aqui, porque não funciona” (Entrevistada CCD, 2013).

Muito embora a entrevistada reitere a inexistência de regras, existem padrões não ditos de comportamento que guiam a CCD. Mesmo que não sejam encarados como regras, a determinação de não ter regras é, em si mesma, um imperativo, apenas invertido em relação a outros espaços pontuados em seus discursos (CHIESA, 2014). Por mais que, certas vezes, eles percebam nelas uma maneira de simplificar algumas situações recorrentes ao grupo, os participantes resistem aos processos que podem impessoalizar as relações. Negar regras, em suma, é um desejo de negar que alguém as profira. Assim, negando-se as regras, negam-se hierarquias, normas rígidas e, no limite, o modo vigente de organização burocrático moderno. É deste padrão que a organização busca afastar-se e é dele que dissertaremos no item seguinte.

NEGAÇÃO DE HIERARQUIAS

A negação de hierarquias é analisada sob a ótica da subordinação. Simmel (1983) salienta que as relações de superordenação e subordinação estão presentes em quase todos os grupos sociais, e nestes coletivos não é diferente. No GSPA, por exemplo, estas relações não saltam aos olhos do observador nos primeiros contatos, já que existe certa igualdade no grupo e as relações são bastante próximas. Contudo, a partir de conversas mais longas e mais significativas, as quais uma etnografia permite, percebe-se uma relação de subordinação do grupo com o curador fundador, parecendo estar mais relacionada ao prestígio do que propriamente à autoridade, conforme podemos perceber no trecho a seguir: “E outra coisa que eu tava pensando agora, talvez o Aron já tivesse sido escolhido, pelo Tomás, por que não tinha ninguém escolhendo. Talvez a saída dele libere algumas coisas entre nós. Por que ele

é uma presença super forte e aí eu acho que tem gente que deixa de fazer algumas coisas, porque precisa da instrução, sabe? Talvez” (ENTREVISTADO GSPA, 2013).

É importante ressaltar que, neste coletivo em específico, existe um cargo de curador, o que não acontece na Casa da Cultura Digital. A definição de que o *hub* precisa de um curador não partiu dos membros deste grupo, mas das regras criadas pelo Fórum Econômico Mundial quando fundou a Comunidade Global Shapers. Por outro lado, argumentamos neste artigo que a organização destes coletivos acontece nas interações entre as pessoas que os formam e, por isso, ao analisarmos as relações que são vivenciadas por elas, à luz da subordinação enquanto categoria de análise, nos fazem crer que as hierarquias são negadas:

Acho que se tivesse uma hierarquia muito rígida não seria legal. Mas dentro da organização teve alguma hierarquia de quem coordenava, quem fazia era o Luiz, ele tava mais a par de tudo. Ele que movimentou todas as coisas. Mas era uma hierarquia flexível. Hierarquia totalmente democrática. Ele levantava as questões e não impunha nada (ENTREVISTADA CCD, 2013).

Hoje não tem hierarquia na CCD. Hoje não. Já teve e hoje não tem (ENTREVISTADA CCD, 2013).

Na CCD, esta negação ocorre, sobretudo, pela explícita vontade de não haver a figura de um chefe, ainda que se reconheça a presença de líderes, mesmo que em retrospectiva. Desta forma, percebemos que a negação ocorre num movimento de aproximação e distanciamento no tempo, colocando no passado a existência da hierarquia.

Assim como a negação descrita nesta seção, a negação do dinheiro acontece em um movimento de aproximação e distância. O dinheiro ordena o tempo e o espaço (SIMMEL, 2011) e, portanto, na medida em que há uma tentativa de não o tornar o elemento mais preponderante das interações, há também uma reordenação que demonstra a intenção de pessoalizar, de aproximar esse círculo de pessoas e de produzir um tempo e espaço nos quais o estilo de vida moderno monetizado não se sobressaia. Com isso, introduzimos o item seguinte.

NEGAÇÃO DO DINHEIRO

Visto que vivemos em um contexto no qual a economia monetária é a principal mediadora das relações sociais, a questão da dedicação do tempo torna-se uma preocupação, saliente nos coletivos em que as pessoas não são remuneradas por sua participação. Por isso, em situações não mediadas pelo dinheiro, pode haver dificuldade na construção das relações, já que o tempo é um artigo que se vende e se compra. Quando este tempo não é pago, como é o caso destes coletivos, encontra-se o desafio de perceber que a organização constrói-se com a articulação dos tempos de cada um. Neste sentido, a presença do dinheiro nestes grupos é peculiar.

Acho que hoje a gente tem uma aversão ao dinheiro, pela forma como ele é hoje. A

forma como o dinheiro é conduzido hoje nessas relações, entendeu? [...] A CCD não tem que ser rentabilizada. Projetos dentro da CCD, sim. Agora estar dentro da CCD não deve rentabilizar ninguém. Nada. Muito pelo contrário, pra ti estar dentro da CCD, tem que ter custos (ENTREVISTADO CCD, 2013).

Fazemos referência a Simmel (2013), o qual entende o caráter *blasé* de uma sociedade vinculado à preponderância da monetização das relações. Na medida em que existe um denominador comum das relações, um equivalente para as pluralidades, um fator de impessoalização, as individualidades reduzem-se frente a este elemento. A atitude *blasé*, além de ser um resguardo psíquico face à multiplicidade das metrópoles (SIMMEL, 2005b), manifesta-se nas relações demasiadamente niveladas pelo dinheiro, pois, neste caso, as genuínas individualidades não teriam espaço de expressão (CHIESA, 2014).

O receio de que a CCD seja fonte de renda preponderante revela o medo de que a organização não se preste mais à expressão da criatividade, individualidades e sociabilidades que nela ocorrem, pois a mudança na forma da relação pode levar ao cerceamento das liberdades possíveis.

[...] o que faz sermos como somos, ao contrário de empresas e outros coletivos, é a inexistência de dinheiro envolvido nas relações. “Pois é, talvez o dinheiro macule as relações” disse Leandro. “Talvez um dia ela deixe de existir e está tudo bem, serviu aos seus propósitos no tempo que existiu” – disse ele (EXCERTO DE DIÁRIO DE CAMPO CCD, 2013).

Para a CCD, o dinheiro é diretamente associado a um tipo de relação que a maioria dos membros não deseja cultivar; ao menos, não naquele espaço. Assim, não é materialmente a presença ou ausência dele que importa, mas a tentativa de criar uma “forma” de ser e estar com os outros, sustentada por pressupostos diferentes de empresas e outras organizações sem fins lucrativos.

Por fim, das negações apresentadas, questionamos a ideia de “negações de formas”. Em primeiro lugar, os coletivos estão inseridos em uma organização social estabelecida com as formas que pretendem negar. Em segundo lugar, a própria negação leva à construção de novas formas que podem vir a ser excessivamente objetificadas - levando à mesma tragédia que iniciou a negação transitória. Assim, questionamos: Não seriam estas negações acompanhadas por “aceitações de formas”? Dedicamos o item seguinte a esta pergunta.

NEGAÇÕES OU ACEITAÇÕES?

A negação da impessoalidade vem acompanhada por uma forma já explorada por Simmel (1983e), qual seja a Sociabilidade. Quando Simmel (1983c) apresenta as características da manutenção de formas, ele coloca que a identidade do grupo sobre o indivíduo é uma das razões para tal. A sobreposição do grupo é, em certa medida, a retirada da singularidade dos indivíduos, singularidade tão característica da vida na metrópole, por ser um *locus* de diversidade de domínios e papéis (VELHO, 2003). Neste sentido, a sobreposição do grupo resulta na indiferença quanto à entrada ou saída de novos indivíduos: “A gente tá debatendo

isso muito. Justamente por causa dessa reunião de posicionamento da CCD, porque a gente tem que criar filtros que digam ‘Isso é um projeto que tem o DNA CCD’. Só que como a gente não tem esse DNA definido, as coisas vão se perdendo” (ENTREVISTADA CCD, 2013).

Quando apontam a necessidade de um DNA do grupo, parecem apontar a necessidade de uma personalidade própria e, em alguma medida, fixa, necessária para que “as coisas não se percam” com o movimento dos indivíduos que passam por ali. O mesmo acontece com a negação de regras: a instituição de não haver regras vem acompanhada de padrões não ditos de comportamentos, os quais, por sua vez, podem se tornar uma regra própria. Assim, a negação de uma forma parece vir acompanhada pela criação de outras.

No caso destes coletivos, devemos relativizar a “negação de formas”, posto que isto só é possível, porque eles se sustentam nas mesmas formas que negam (CHIESA, 2014). Para além disto, na negação da forma, o indivíduo resiste e busca continuamente sua expressão, negando e inventando formas de trabalho, novas ou não tão novas, que importam pelo esforço despendido nesta negação e construção. A negação, como uma transição entre uma forma e outra, fica explícita no depoimento de um dos participantes:

É um meio. Na verdade, se tu for parar pra pensar, todos os projetos tão rolando, e as ideias, todas elas envolvem um evento físico, ou debate, ou um evento de música, ou mesmo até tipo um *call*, né. Uma teleconferência assim. Mas todas demandam um encontro. Então eu acho que acaba sendo um meio mesmo, um meio de divulgação, de conhecer as pessoas, de conseguir fazer os projetos acontecer (ENTREVISTADA CCD, 2013).

A negação aparece, portanto, como essa transição entre a forma estabelecida e a que vem a se criar e como a possibilidade de reestabelecer a vivência da cultura, evitando seu possível fim trágico. Percebemos que, ainda que se tenha criado uma nova forma, ela pode não ter atingido o extremo trágico de sua objetificação.

Em uma sociedade moderno-contemporânea e complexa, a negação do dinheiro, de formalizações e de grilhões institucionais vem acompanhada de aceitações: o que parece ocorrer é uma “negociação” (VELHO, 2003) entre “mundos” que se interpenetram, a qual é possível devido ao trânsito do indivíduo moderno por diferentes mundos. Esta negociação é necessária, dado que o indivíduo não está completamente “livre”, seja com ou sem dinheiro. Simmel (2011) exaltava as características libertadoras do dinheiro, no sentido de permitir desvinculações e certas liberdades, mas que também impõem constrangimentos. Do mesmo modo, a concretização de uma forma que deliberadamente não remunere as pessoas também provê certas liberdades e outros constrangimentos.

Com este estudo percebemos que a negação, além de ser um lapso de transição entre a forma que se quer negar e a que se vai criar, tal qual Simmel (1917/2013) expôs, é também um processo no qual podem se cristalizar formas, em um movimento de fluidez e fixidez - a primeira caracterizada pela transição e a segunda, pela cristalização. No caso deste artigo, portanto, as formas de organização destes coletivos podem ser entendidas como uma negação de formas (fluidez) e como uma forma em si (fixidez), esta última denominada por

nós de “organização estrangeira” - baseada no tipo social Estrangeiro (SIMMEL, 1983d). Esta forma, cristalizada dentro da negação, pode vir a se tornar objetificada em excesso e, inclusive, ser negada em outro espaço/tempo.

Considerando que o Estrangeiro “é mais livre, prática e teoricamente; examina as condições com menos preconceito; seus critérios para isso são mais gerais e mais objetivamente ideais; não está amarrado à sua ação pelo hábito, pela piedade ou por precedente” (SIMMEL, 1983d, p. 185), podemos imaginá-lo como uma forma que nega a forma característica da modernidade. A “organização estrangeira” seria, portanto, aquela que não esteve “aqui” sempre, mas que surge como “outra”, em passagem, e fica. Assim como o Estrangeiro de Simmel (1983d), a organização estrangeira está próxima e distante, fixa e móvel, intrometendo-se em um apanhado de organizações que já detém um espaço no território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Casa da Cultura Digital e o Global Shapers Porto Alegre têm propósitos ora divergentes, ora convergentes, aproximando-se pelas suas formas de organização. Negam a impessoalidade, negam hierarquias, negam regras e negam o dinheiro, como também os aceitam. O estabelecimento e manutenção de relações pessoais, de sociabilidade, de organização horizontal e descentralizada, de repúdio a regras e à não remuneração dos trabalhos desenvolvidos internamente são similares em ambos coletivos. Em paralelo, estabelecer como imperativo a não regra, apresentar uma hierarquia, ainda que no passado, colocar o dinheiro como não necessário, considerando que os membros vêm de classes econômicas abastadas, são contradições também similares que tornam a negação, uma aceitação.

O que nos parece fascinante, no entanto, é que o mesmo motivo pelo qual se dá a tragédia da cultura na modernidade, e que mantém as suas formas, é o que inicia o processo de negação delas. A tragédia da cultura é a situação tipicamente problemática do homem moderno: “o sentimento de ser como que esmagado por essa miríade de elementos culturais, uma vez que ele nem os assimila internamente, nem pode simplesmente recusá-lo, pois pertencem potencialmente a sua esfera cultural” (SIMMEL, 2013, p. 103). A manutenção da forma é possível pelo esforço em torná-la algo objetivo, para além de qualquer movimento individual singular.

A partir da conclusão da nossa obra, ela não apenas passa a ter uma existência objetiva e uma vida própria - desligada de nós - mas especialmente passa a conter nesta existência autônoma, como que por graça do espírito objetivo, forças e fraquezas, componentes e significações, sobre os quais não temos alguma responsabilidade e pelos quais somos frequentemente surpreendidos (SIMMEL, 2005a, p. 102).

Por fim, o homem moderno, circundado de elementos culturais, é aprisionado por eles, dada sua objetivação. Devido a isto, pode surgir o processo de negação, como tentativa de expressão de vida. Desta negação, emergem formas de sociação, em um processo recíproco e recursivo.

Percebemos a própria negação de formas como dual, não em um sentido fixo e extremo, mas em um contínuo movimento entre um e outro, tal qual a sociação: nega e aceita, continuamente. Se podemos aceitar que a formação da mais alta impessoalidade também atua como um modo altamente pessoal (SIMMEL, 1903/2005, p. 581), podemos aceitar que a negação é também aceitação, devendo ser entendida como verbo no gerúndio, da mesma forma que a “sociedade” o foi, para Simmel, entendida como “sociação”. Negar significa aceitar, um movimento velado pela encenação, também própria da realidade moderna que Simmel observou e que, ao que nos parece, permanece - ainda que em movimento contínuo.

Por fim, denominamos de “organizações estrangeiras” estas formas cristalizadas de se organizar na negação, remetendo a uma ideia de movimento e fixidez. Inseridos neste trânsito de negação, entre uma forma e outra, os indivíduos estabelecem uma forma de sociação própria, afastada do *status quo* e também próxima, por estar inserida nele.

Nesse sentido, respondemos à questão de pesquisa dizendo que tais coletivos se mantêm tanto pela negação das formas objetificadas como por sua aceitação. De um lado, o esforço explícito em negar a impessoalidade, regras, hierarquias e o dinheiro. De outro, a manutenção a partir da aceitação de formas como Sociabilidade, Subordinação e Superordenação. Com isso, da criação que se daria com o momento transitório da negação, surge uma nova forma que, talvez, venha a ser negada novamente, quando, e se, for objetificada em excesso.

Neste artigo, procuramos demonstrar a riqueza teórica de Georg Simmel para reflexão e análise no campo dos estudos organizacionais. Consideramos que seus conceitos permitem interpretar fenômenos ou eventos, como em estudos de desvio, minorias e marginalidade, os quais podem ser invisíveis a outras lentes teóricas, mas que ajudam a compreender “o todo”. Por fim, ressaltamos que este estudo tem caráter preliminar e, por isso, sugerimos a realização de outros estudos que utilizem a noção de organizações estrangeiras.

NOTAS

- 1 Submetido à RIGS em: nov. 2014. Aceito para publicação em: maio 2015.
- 2 Usaremos o nome de “coletivos” para os grupos de pessoas com interesses comuns, aos quais diversas pessoas aderem, reafirmando-os e transformando-os. Um coletivo é “um centro de convergência de pessoas e práticas, mas também de trocas e mutações. Ou seja, o coletivo é aberto e seria, assim, poroso em relação a outros coletivos, grupos e blocos de criação – comunidades” (MIGLIORIN, 2012, p. 2).
- 3 Como referência, utilizamos o artigo de Misockzky, Moraes e Flores (2008) no sentido de que a Administração pouco vê os arranjos organizacionais alternativos, dado que se encerra em noções obcecadas com a hierarquia.
- 4 A noção de reciprocidade que usamos aqui não tem como fundamento as análises maussianas sobre dádivas e relações recíprocas de troca.
- 5 Indivíduo entusiasta, mais próximo do *bricoleur*, como um sujeito que sobrevive na pluralidade banal cotidiana. O *hacker* modifica e questiona os valores do sistema tecnocrático como uma forma de reapropriar-se de elementos culturais (LEMOS, 2013).

- 6 Considerados elementos do ciberespaço como: páginas *online*, *blogs*, Redes Sociais como *Facebook*, *Twitter*.
- 7 Nome dado aos grupos que formam a Comunidade Global Shapers no mundo.

REFERÊNCIAS

- ALCADIPANI, R.; ROSA, A. R. O pesquisador como o outro: uma leitura pós-colonial do “Borat” brasileiro. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 4, p. 371-382, 2010.
- BOLTANSKI, LUC. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.
- CAVEDON, Neusa. **Antropologia para Administradores**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- CHIESA, C. D. **A casa da cultura digital como uma tribo contemporânea**: etnografando formas de socição. 204fl. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- CLIFFORD, J. **A Experiência Etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.
- GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. São Paulo: LTC, 2008.
- KIHARA, S. **Global Shapers**: das formas de socição à organização. 2015, 101fl. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- LEMONS, A. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- MIGLIORI, C. **TEIA 2002-2012**. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <https://www.academia.edu/2451138/O_que_e_um_coletivo>. Acesso em: 18 jul. 2014.
- MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MISOCZKY, M. C. de A.; SILVA, J. M. da; FLORES, R. K. Autogestão e Práticas Organizacionais: amplificando sinais. ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD. 5. **Anais...** Belo Horizonte, 2008.
- OLIVEIRA, J. S. de; CAVEDON, N. R. Micropolíticas das Práticas Cotidianas: Etnografando uma Organização Circence. **Revista de Administração de Empresas**. v. 53, n. 2, p. 156-168, mar./abr. 2013.
- OLIVEIRA, J. S. de. Contribuições metodológicas da cartografia etnográfica aos Estudos Baseados em Práticas nos Estudos Organizacionais. CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS. 2. Uberlândia, MG. **Anais...** 2014.

PERES, F. F.; DURÁN, P. R. F.; ALBUQUERQUE, N. P. M. A “Sensibilidade” de Simmel: notas e contribuições ao estudo das emoções. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**. v. 10, n. 28, p. 93-121, 2011.

RAMMSTEDT, O.; DAHME, H. J. A modernidade atemporal dos clássicos da sociologia: reflexos sobre a construção de teorias de Émile Durkheim, Ferdinand Tönnies, Max Weber e, especialmente, Georg Simmel. In: SOUZA, J.; BERTHOLD, O (Org.). **Simmel e a modernidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005. p.187-218.

SIMMEL, G. O dinheiro na cultura moderna. In: SOUZA, J.; BERTHOLD, O. **Simmel e a modernidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1896/2005. p. 24-40.

_____. The Persistence of Social Groups. **American Journal of Sociology**. v. 3, n. 5, p. 662-698, 1898.

_____. A divisão do trabalho como causa da diferenciação da cultura subjetiva e objetiva. In: SOUZA, J.; BERTHOLD, O. **Simmel e a modernidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1900/2005. p. 41-76.

_____. As grandes cidades e a vida do espírito. **MANA**. v. 11, n. 2, p. 577-591, 1903/2005.

_____. A crise da cultura. In: Bueno, A. **O conflito da cultura moderna e outros escritos**. São Paulo: Senac, 1917/2013.

_____. On individuality and social forms. Londres: The University of Chicago Press, 1971.

_____. A concepção vitalista e mecanicista da compreensão. In: MORAES FILHO, E. de (Org.). **Georg Simmel: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983a. p. 87-89.

_____. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, E. de (Org.). **Georg Simmel: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983b. p. 122-134.

_____. Como as formas sociais se mantêm. In: MORAES FILHO, E. de (Org.). **Georg Simmel: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983c. p. 46-58.

_____. O estrangeiro. In: MORAES FILHO, E. de (Org.). **Georg Simmel: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983d. p. 182-188.

_____. Sociabilidade: Um exemplo de sociologia pura ou formal. In: MORAES FILHO, E. de (Org.). **Georg Simmel: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983e. p. 165-181.

_____. Superordenação e subordinação - Introdução. In: MORAES FILHO, E. de (Org.). **Georg Simmel: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983f. p. 107-114.

_____. O conceito e a tragédia da cultura. In: SOUZA, J.; BERTHOLD, O. **Simmel e a modernidade**. Brasília: UnB, 2005a. p. 79-108.

_____. As Grandes Cidades e a Vida do Espírito. **Mana**. v. 11, n. 2, 2005b.

_____. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduos e sociedade**. Rio de Janeiro,

Zahar, 2006.

_____. **Philosophy of Money**. 4. ed. Nova Iorque: Routledge, 2011.

SOUZA, J. A crítica do mundo moderno em Georg Simmel. In: SOUZA, J.; BERTHOLD, O. **Simmel e a modernidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005. p. 9-20.

TURETA, C.; ALCADIPANI, R. Entre o Observador e o Integrante da Escola de Samba: os Não-Humanos e as Transformações Durante uma Pesquisa de Campo. **RAC**. v. 15, n. 2, p. 209-227, 2011.

VELHO, G. **Individualismo e Cultura**: Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. Reflexões sobre a Escola de Chicago. In: VALLADARES, L. P. (Org.). **A Escola de Chicago**: Impacto de uma tradição no Brasil e na França. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

_____. **Subjetividade e sociedade**: uma experiência de geração. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

WOLFF, K. H. The metropolis and mental life by Georg Simmel. In: WOLFF, K. H. (Trans). **The Sociology of Georg Simmel**. Nova Iorque: Free Press, 1950, p. 409-424.

_____. The challenge of Durkheim and Simmel. **American Journal of Sociology**. v. 63, n. 6, p. 590-596, 1958.

Gabriela DeLuca

Gabriela DeLuca é Mestranda em Filosofia (UFRGS), Mestre em Administração (UFRGS) e graduada em Administração (UFRGS). Tem interesse em teoria do conhecimento e metodologias para as ciências humanas, assim como teorias de carreiras e profissões. Pesquisadora do GINEIT/EA/UFRGS.

Silvia Kihara

Mestre em Administração (UFRGS) e bacharel em Ciências Sociais (UFRGS).

Carolina Dalla Chiesa

Mestranda em Antropologia Social (UFRGS), Mestre em Administração (UFRGS) e graduada em Administração (UFRGS). Tem interesse em pesquisas sobre Antropologia das Organizações e da Economia. Pesquisadora do Grupo de Antropologia da Economia e da Política (GAEP/UFRGS).